Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL

DECISÃO SINGULAR DSG - G.JRPC - 17622/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/10256/2017
PROTOCOLO	: 1817275
ÓRGÃO	: MUNICÍPIO DE TERENOS
ORDENADOR DE DESPESAS	: SEBASTIÃO DONIZETE BARRACO
CARGO DO ORDENADOR	: PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO DO PROCESSO	: PREGÃO PRESENCIAL N. 9, DE 2017 (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 3, DE 2017)
RELATOR	: CONS. JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL
COMPROMITENTE(S)	: USIMIX LTDA.
OBJETO	: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL CBUQ (CONCRETO/BETUMINOSO USINADO A QUENTE), DESTINADO AO SERVIÇO DE REPARO "TAPA BURACOS" DAS VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE TERENOS
VALOR	: R$ 165.000,00

RELATÓRIO

A matéria dos autos trata do procedimento licitatório realizado pela Administração Municipal de Terenos, por meio do Pregão Presencial n. 9, de 2017, objetivando o registro de preços na Ata apropriada (n. 3, de 2017), para a futura aquisição de material CBUQ (concreto/betuminoso usinado a quente), destinado ao serviço de reparo "tapa buracos" das vias urbanas do Município de Terenos.

Os documentos foram submetidos à análise da 1ª Inspetoria de Controle Externo - 1ª ICE (ANA 13673/2017, peça 24), que opinou pela regularidade do procedimento licitatório e da formalização da Ata de Registro de Preços.

Posteriormente, o Procurador do Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR – 2ª PRC – 24253/2017 (peça 25), opinando *"pela regularidade do procedimento licitatório e da formalização Ata de Registro de Preços em destaque,(...)".*

É o Relatório.

DECISÃO

Dos elementos dos autos, verifico que o procedimento licitatório realizado por meio do Pregão Presencial n. 9, de 2017, e a formalização da Ata de Registro de Preços n. 3, de 2017, encontram-se em consonância com as disposições da Lei (federal) n. 10.520, de 2002, da Lei (federal) n. 8.666, de 1993, e da Resolução TCE-MS n. 54, de 14 de dezembro de 2016.

Diante do exposto, acolho os posicionamentos da 1ª ICE e do Ministério Público de Contas e decido nos seguintes termos:

I – declarar, com fundamento na regra do art. 59, I, da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, **a regularidade**:

a) do procedimento licitatório realizado pelo Município de Terenos, por meio do **Pregão Presencial n. 9, de 2017**;

b) da formalização da **Ata de Registro de Preços n. 3, de 2017**;

II – determinar que, depois de tomadas as providências previstas no art. 70, § 2º, do Regimento Interno, os autos sejam remetidos à 1ª ICE, conforme determinação prevista no parágrafo único, art. 4°, da Orientação Técnica Interna n. 3, de 22 de setembro de 2010.

É COMO DECIDO.

Campo Grande, 31 de outubro de 2017.

Conselheiro JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL
Relator

LAC